

## **Tensionamentos do Conceito de Comunicação Pública no Contexto Contemporâneo<sup>1</sup>**

Laura Nayara PIMENTA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

### **RESUMO**

Propõe-se uma reflexão sobre os elementos que tensionam o conceito de comunicação pública, a partir de três argumentos centrais - a erosão dos valores democráticos, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos. Parte-se da concepção de comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate sobre questões de interesse público. Para a discussão ensaística, acionam-se autores como Avritzer (2021, 2023), Han (2022), Habermas (2022), Pariser (2012), dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Pública; Interesse Público; Democracia; Infodemia; Esfera Pública.

### **RESUMO EXPANDIDO**

Nos últimos anos temos observado uma erosão dos valores democráticos no Brasil. Uma série de desafios e eventos evidenciam tal fenômeno. A crescente polarização política, manifestada em acirrados debates e confrontos ideológicos, têm minado a capacidade do sistema democrático de promover diálogos construtivos e consensos, ainda que, como sabemos, em algumas partes do país estes diálogos nunca tenham sido sequer iniciados, quiçá aprofundados. Além disso, episódios de corrupção em larga escala, revelados por operações como a Lava Jato, abalaram a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Somados a esses fatores, a ascensão de lideranças populistas (Tatagiba et al., 2022) e o enfraquecimento das instituições de controle e equilíbrio, como o Congresso e o Judiciário (Avritzer, 2021), também alimentaram preocupações sobre a erosão dos princípios fundamentais da democracia.

Compreendemos a comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate público sobre temas de interesse público, debate este que precisa ser aberto à participação social, tendo como horizonte a ampliação da publicização das questões da sociedade (Duarte, 2010; Matos, 2009; Matos, Filho,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: lanapi05@gmail.com

2016; Weber, 2017). Contudo, como falar de comunicação pública em um cenário de debate público precário? Como aprofundar tal conceito diante da degradação dos valores democráticos que temos vivenciado? Como falar de um interesse público em um país em que prevalece a “privatização do público” (Bobbio, 2017)?

Ademais, o crescente individualismo presente em nossa sociedade, a exacerbação do culto de si mesmo, somados à nossa incapacidade de ouvir atentamente ao outro, em se colocar no seu lugar (Han, 2022), dentre outros fatores, obstaculizam o compartilhamento de horizontes comuns (Mafra, 2022) e a criação de um interesse público, o que, conseqüentemente, enfraquece a dinâmica da comunicação pública. Diante disso, no presente texto propomos uma reflexão teórico-conceitual sobre os elementos que tensionam o conceito de comunicação pública.

Não é preciso investigar muito para perceber a polissemia do conceito, tanto na bibliografia nacional quanto na internacional. Em trabalhos anteriores, identificamos três dimensões que nos permitem elucidar como a comunicação pública é vista: (a) comunicação do poder público “para” e “com” os cidadãos; (b) comunicação pública como espaço de circulação estratégica e conformação de redes de temas de interesse público; (c) comunicação constituída no espaço público e veiculada pela (ou para) a opinião pública, no espectro amplo da sociabilidade (Pimenta, 2015). Cada uma dessas dimensões apresenta limites e possibilidades peculiares que dizem um pouco sobre a evolução teórica e prática do conceito de comunicação pública e, também, dão a ver como esta se constitui como um complexo de interações específicas e amplas que não se excluem mutuamente, pelo contrário, se permeiam.

A primeira dimensão - comunicação do poder público para e com os cidadãos - é a de uso e entendimento mais corrente no cenário brasileiro, sendo a mais consolidada. O olhar para as estruturas e processos de comunicação do poder público, suas interfaces com os cidadãos, a preponderância do Estado como agente central na produção da comunicação pública, está presente em diversos estudos e manuais da área, como destacam Massuchin et. al (2023). Contudo, é na segunda dimensão que está o foco deste texto e sobre a qual podemos perceber com mais robustez elementos de tensão.

O entendimento da comunicação pública como espaço de circulação estratégica e conformação de redes de temas de interesse público na esfera pública está fortemente embasado na perspectiva habermasiana do processo comunicativo. Tal perspectiva,

segundo Marques, Mafra e Martino (2017), abrange uma ideia vinculada a princípios como visibilidade, inclusão, *accountability* e participação nos âmbitos estatal, político, organizacional e midiático.

Considerando esses conceitos fundamentais, Gomes e Maia (2008) afirmam que a natureza da comunicação pública é democrática, não restritiva, não especializada e não excludente. Ela constitui e é constituída pela esfera pública, seu objetivo é a discussão de temas de interesse público e o seu resultado é a formação da opinião pública e o fortalecimento da cidadania. Desse modo, a matéria básica da comunicação pública são “questões, ideias, formulações, problematizações, sugestões provenientes das interações vitais da vida em sociedade” (Gomes e Maia, 2008, p. 85).

No caso da perspectiva de comunicação pública aqui considerada, podemos perceber que alguns fatores indicam tensionamentos das/nas suas estruturas conceituais. Tais tensões giram em torno de três pontos principais: a erosão dos valores democráticos, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos.

**a) Erosão dos valores democráticos** - Avritzer (2021) destaca a corrosão dos valores democráticos como um desafio global, especialmente evidente em novas democracias. Tatagiba et al. (2022) argumentam que o Brasil enfrenta um processo acelerado de "desdemocratização" desde a crise política de 2014, processo este evidenciado pelo impeachment de Dilma Rousseff (2016), a prisão do presidente Lula (2018) e a ascensão da extrema direita ao poder (2019). O autoritarismo social, historicamente presente na cultura política da América Latina, ressurgiu com força, permitindo que grupos conservadores e antidemocráticos influenciassem as políticas públicas e a sociedade, enquanto movimentos de esquerda enfrentam ameaças e perseguições.

Além disso, Avritzer (2021, 2023) ressalta a influência do poder judiciário na degradação democrática, especialmente visível em casos como a Lava Jato no Brasil, onde interferências judiciais afetaram diretamente o cenário político e a confiança na democracia. Eventos recentes, como o ocorrido em 8 de janeiro de 2023 no Brasil, reforçam a importância do respeito ao consenso constitucional para o funcionamento da democracia, pois qualquer desafio a esse consenso pode minar a legitimidade do sistema democrático. O apoio a golpes ou intervenções militares reflete uma cultura democrática

ainda em construção no Brasil, destacando a necessidade de uma regulamentação sólida e uma consolidação efetiva dos princípios constitucionais para garantir a estabilidade democrática no país (Avritzer, 2023).

Como a natureza da comunicação pública é democrática, carece de engajamento cívico, cooperação e participação ampla da sociedade. Quando os valores democrático são erodidos, conseqüentemente tal comunicação também corre graves riscos. É impossível falar em comunicação pública, na perspectiva aqui adotada, fora de um contexto democrático e com bases sólidas.

**b) Fragmentação da esfera pública** - A fragmentação da esfera pública, conforme discutida por Habermas (2022), é um fenômeno complexo catalisado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, resultando na emergência de uma "esfera pública plebiscitária". Nesse contexto, a "plataformização" dos meios de comunicação tem permitido que os usuários assumam papéis de autores, criando bolhas de informação personalizadas que limitam a diversidade de perspectivas e a formação de opiniões públicas robustas (Pariser, 2012). Essas bolhas, caracterizadas pela busca por validação e interação imediata, minam a essência inclusiva da esfera pública, rejeitando vozes dissidentes e perpetuando visões limitadas do mundo. Além disso, a propagação viral de desinformação e teorias da conspiração, como apontado por Han (2022), cria um ambiente onde a verdade factual é obscurecida, comprometendo ainda mais o processo democrático ao dificultar o debate público racional e fundamentado.

Uma esfera pública fragmentada possibilita que discursos não mediados por alguma instância de aferição da veracidade circulem, influenciando o processo democrático. Ademais, a personalização propiciada pelas mídias sociais digitais acaba minando a formação do interesse público, uma vez que os sujeitos não se colocam em debate com o outro, com o diferente. Com a redução da circulação de temas de interesse público na esfera pública, é difícil falar de comunicação pública na perspectiva aqui adotada.

**c) Dificuldade de ampliação de horizontes comuns** - Han (2022) enfatiza que a formação de "infobolhas", onde indivíduos tendem a se comunicar predominantemente consigo mesmos, resultam na perda da empatia e na atomização da sociedade. Para o autor, a ausência do outro no diálogo compromete a democracia, tornando as opiniões

isoladas, doutrinárias e dogmáticas. Essa perspectiva é complementada pela visão de Habermas (2003) sobre a empatia como elemento fundamental para o debate na esfera pública, destacando a importância de se colocar no lugar do outro para compreender diversas perspectivas. Nesse sentido, Marques, Mafra e Martino (2017) ressaltam que o reconhecimento do outro envolve não apenas laços afetivos, mas também vínculos éticos e políticos, fundamentais para a construção de um mundo compartilhado. Mafra (2022), ao interpretar Arendt, sublinha a necessidade de ação e discurso para o aparecimento das diferenças, possibilitando a atualização do mundo comum. No entanto, o projeto moderno gera obstáculos para ampliar esses horizontes comuns, incluindo a busca pelo progresso desvinculado da experiência comum e o atrofiamento do espaço público.

No decorrer do texto, torna-se claro que a crise democrática, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos representam sérios obstáculos para a efetivação de uma comunicação pública nos termos aqui colocados. Como Matos (2009) adverte, sem engajamento cívico, sem sentido de cooperação e participação generalizada, sem cultura associativa e expectativa de reciprocidade, sem confiança e solidariedade, mas, talvez, principalmente, sem escolhas racionais como guia da governança, não é possível falar em comunicação pública.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. Crise da democracia como um processo de desdemocratização: reflexões sobre os casos latino-americanos. In: AVRITZER, L; CARVALHO, P. D. (orgs.) Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021, pp. 7-26
- AVRITZER, Leonardo. Esfera pública sem mediação? Habermas, anti-iluminismo e democracia. *Lua Nova*, São Paulo, 118: 13-40, 2023
- BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: Fragmentos de um dicionário político. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017
- DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. 2010. Disponível em <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComPúblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2024.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. Comunicação e democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

HABERMAS, Jürgen. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. *Theory, Culture & Society*, v. 39, n. 4, pp. 145-171, 2022

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. *Logos*, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 89-, 2022.

MAIA, R. C. M. . Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida M. K.. (Org.). *Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania*. 1ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011, v. , p. 259-275.

MARQUES, A.; MAFRA, R.; MARTINO, L. M. S. Um outro olhar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. *Revista Dispositiva*, v. 6, n. 9, 2017, p. 76-92

MASSUCHIN, M. G.; QUADROS, C. I.; IOSCOTE, F. C.; OLIVEIRA, P. A. Comunicação Pública na Teoria e na Empiria: aspectos da produção científica brasileira recente. *Anais do 32º Encontro Anual da Compós, Universidade de São Paulo (USP)*. São Paulo - SP. 03 a 07 de julho de 2023.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.) *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 59-71

MATOS, Heloiza; FILHO, Jorge Pereira. A participação na comunicação pública: para além do consenso. *Anais do XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia*, 7 a 10 de junho de 2016

PARISER, E. O filtro invisível o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PIMENTA, Laura N. Comunicação pública, desenhos institucionais e gestão compartilhada: a interlocução entre poder público e cidadãos na proposta da Prefeitura de Belo Horizonte. *Dissertação de Mestrado [manuscrito]*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

TATAGIBA, L. et al. Introdução: participação, ativismos e democracia - uma trajetória contenciosa. In: TATAGIBA et al. (orgs) *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk, 2022.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Orgs.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.